



Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

A Direcção Regional da Juventude, Emprego e Formação Profissional da Secretaria Regional da Educação e Cultura através do seu Observatório do Emprego e Formação Profissional, em cooperação com o SIETI (Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil) levou a efeito um Estudo sobre a “Tipificação das Situações de Abandono Escolar nos Açores”, tendo em vista estudar as situações de abandono escolar, quer no próprio contexto escolar, quer nos contextos familiar e social.

Dado tratar-se de um estudo pioneiro a nível do País e, atendendo à importância da matéria, resolvi trazê-lo a este Plenário, a fim de poder comungar com os Senhores Deputados alguns dos resultados obtidos.

O abandono escolar não revestindo uma dimensão preocupante no nosso País, segundo alguns estudiosos, na minha opinião deve ser matéria para um trabalho cuidado, aprofundado e merecedor de respostas adequadas na nossa Região. Digo-o na convicção de que há dezenas e dezenas de alunos nos Açores que abandonam a Escola, ficando marcados com o ferrete do “analfabetismo” na maioria dos casos para toda a vida, com as graves consequências que daí advêm para, em primeiro lugar, essas pessoas e suas famílias e, em segundo lugar, para a sociedade em geral. É sabido de todos nós as dificuldades que enfrentam os açorianos possuidores de baixa escolarização quando pretendem aceder a um posto de trabalho que exija escolaridade mínima obrigatória.

Todos temos acompanhado situações difíceis e muitas vezes impossíveis de ultrapassar de concidadãos nossos quando pretendem obter a carteira profissional, o cartão de produtor, o certificado de artesão, a cédula marítima, a carta de condução, o ingresso num curso profissionalizante ou profissional, etc.

Sabe-se que o abandono escolar está muitas vezes relacionado com entradas precoces no mercado de trabalho e não raras vezes vemos e ouvimos falar de Trabalho Infantil.

Sei que muito se discute se as crianças e jovens devem trabalhar ou não. Entendo que quem coopera e colabora com os pais na sua actividade profissional sem que obedeça a um horário de trabalho, sem a obrigatoriedade de produzir diariamente determinado produto mas que inicia a sua aprendizagem do “valor do trabalho”, começa a perceber o quanto custa aos pais o dinheiro que auferem, sente o amor, carinho e cuidado posto pelos pais nas tarefas que executam, cresce, forma-se e educa-se no respeito pelo outro, pelo trabalho do outro, pela valorização das “coisas” que lhe dão, identifica-se com valores que considero imprescindíveis na formação das crianças e jovens.



Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

«O Estudo incidu nos casos de abandono escolar no ano lectivo de 2000/2001. De acordo com a informação fornecida pela Direcção Regional de Educação dos Açores, no ano lectivo de 2000/2001 abandonaram no primeiro período ou nem se chegaram a matricular 723 jovens no 1.º, 2.º e 3.º ciclos. Daqueles, 95,3% respeitavam às ilhas de S. Miguel e Terceira, razão por que se decidiu efectuar o inquérito apenas nestas duas ilhas (689 casos).

Os inquéritos foram de natureza presencial e dos casos inicialmente identificados apenas foi possível inquirir 537 (77,9%); os restantes tinham moradas desconhecidas ou já tinham emigrado. O trabalho de campo decorreu entre 22 de Agosto e 10 de Setembro de 2001 e foi levado a efeito por uma equipa de inquiridores do Observatório do Emprego e Formação Profissional. Foram aplicados dois questionários – um ao representante do agregado familiar e outro ao próprio menor.»

Na caracterização das famílias podemos ver que: «Dos 689 jovens que abandonaram a escola no 1.º período do ano lectivo de 2000/2001 nas ilhas de S. Miguel e Terceira, 537 responderam ao inquérito o que equivale a 77,9% de respostas. Estes 537 jovens estão inseridos num total de 500 famílias. Quanto à dimensão das famílias, verifica-se que 18% têm menos de 5 elementos, 60% têm entre 5 e 8 elementos e 22% têm 9 ou mais pessoas.» Assim percebemos que a maioria das famílias são numerosas, muito acima da média nacional.

Não menos relevante é a situação perante o trabalho dado que 40,7% dos indivíduos do sexo masculino são trabalhadores por conta de outrem, 20,1% são estudantes e 19% estão na categoria de outros inactivos, as mulheres 40,4% são domésticas, 19,9% estudantes e apenas 13,8% são trabalhadores por conta de outrem, o que em minha opinião se deve, entre outros factos, ao elevado número dos membros da família. Dos homens 39,1% estão na construção, 14,8% na pesca e 11,1% na agricultura, por seu lado cerca de metade das mulheres 42,9% estão em outras actividades de serviço, 8,4% na indústria transformadora de pesca.

No que respeita ao nível de escolarização dos pais destas crianças e jovens que abandonaram a escola é um dos factores que nos deve dar que pensar, na medida em que se pode ler na análise dos resultados: «Em relação ao grau de ensino dos pais do representante do agregado familiar, verifica-se que 59,6% não foram sequer à escola, subindo esta percentagem para 63,8% no caso dos homens (pai) e descendo para 55,4% no que se refere às mulheres (mãe), 18,2% dos pais dos representantes foram à escola apenas para aprender a ler e a escrever. Com 4 anos de escolaridade temos 16,8% e com mais de 9 anos de escolaridade apenas 0,8%.»



Acrescentaria mais dois factores para melhor percebermos a origem das famílias destes jovens, 97,8% deles vivem em casas, ou seja 489 alunos, encontrando 42,5% em bom estado de conservação e 33,7% em estado razoável, em estado degradado detectaram 65 habitações e em estado muito degradado 10 habitações (8 casas e duas barracas). Das 500 famílias abrangidas pelo inquérito, 120 (24%) recebem rendimento mínimo garantido e outras 216 (43,2%) recebem outros tipos de apoio financeiro.

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Passemos agora a uma análise mais pormenorizada da vida escolar destas crianças e jovens até aos abandono escolar: «41,7% dos 537 jovens que abandonaram a escola no 1.º período do ano lectivo de 2000/2001 têm 15 anos e 73,2% têm idades compreendidas entre os 13 e as 15 anos.

O 4.º ano foi o último ano completado por 39,5% dos menores inquiridos; 18,6% têm apenas o 5.º ano, 15,6% o 6.º ano e 3,3% não têm nenhum grau de ensino.

Relativamente ao número de reprovações, 22,1% reprovam 2 vezes e 48,7% reprovaram 3 ou mais vezes. 76,2% dos jovens (409) faltavam à escola e o principal motivo apresentado por 280 era (68,4%) o facto de não lhes apetecer ir à escola, 2,5% faltavam para ajudar a família e 2% para trabalharem (1,5% por sua própria vontade e 0,5% para ajudar a família).»

Realce-se que 55,7% destes jovens mencionaram que o que mais gostavam na escola era estar no recreio e apenas 36,5% do sexo feminino referiram gostar de estar nas aulas para aprender.

«No que diz respeito ao que costumavam fazer quando não estavam na escola existem algumas diferenças entre os sexos. O brincar ocupava o tempo de 52,3% dos inquiridos (66,6% dos rapazes e 30,9% das raparigas), 9,3% dos rapazes ajudavam a família nos trabalhos agrícolas, 4% trabalhavam por vontade própria e 2,2% trabalhavam para ajudarem a família. Quanto às raparigas, 44,9% ficavam em casa a ajudar nas tarefas domésticas e 7,9% a cuidarem de familiares.»

Quais as razões que levaram estes jovens a abandonar a escola é pergunta inevitável neste Estudo e as respostas obtidas são muito significativas: «79,7% dos jovens que abandonaram a escola fizeram-no por iniciativa própria e 16,4% por iniciativa dos pais. O principal motivo do abandono para 54% dos menores foi o facto de não gostarem de estudar, uma percentagem que sobe para 64,4% para os jovens do sexo masculino e desce para 38,3% para os jovens do sexo feminino. Analisando por sexos, verifica-se que 14,9% dos rapazes abandonaram a escola por outros motivos não especificados, 2,5% para ajudarem a família nos trabalhos agrícolas/pecuários e noutras actividades e



6,2% para trabalharem. Quanto às raparigas, 26,6% abandonaram a escola por outros motivos não especificados, 10,8% para cuidarem de familiares e 5,1% para ficarem em casa a ajudar nas tarefas domésticas. Dos 537 jovens inquiridos, 61,3% não se importam com o facto de não estudarem e 28,3% têm pena porque gostavam de estudar mais (22% dos rapazes e 37,9% das raparigas); 37,8% dos menores (203) que abandonaram a escola no 1.º período do ano lectivo de 2000/2001 pensam voltar a estudar.»

Pelas respostas dadas verificamos que cerca de um terço declarou ter pena de abandonar a escola e que fazia parte dos seus objectivos voltar a frequentá-la. E aqui já se colocam aos governantes obrigações no sentido de se lhes proporcionar um sistema de ensino adequado a quem trabalha ou não, mas que já ultrapassou a idade da frequência obrigatória. No decurso da presente sessão plenária iremos aprovar um decreto legislativo que visa dar resposta a esta situação com a criação de cursos de ensino recorrente e educação extra-escolar.

Por outro lado não deixam de ser interessantes as respostas à pergunta: Que costumavam fazer quando não estavam na Escola?

Após o abandono, 26,9% dos rapazes não fizeram nada de especial, 23,8% passaram a ajudar os familiares em tarefas agrícolas/pecuárias e outras. 19,5% foram trabalhar e 13,6% ocuparam o seu tempo com os amigos. Quanto às raparigas há a referir que 60,3% ficaram em casa a ajudar os familiares nas tarefas domésticas e apenas 2,3% foram trabalhar fora de casa. Ou seja, apenas uma minoria das raparigas trabalham por conta de outrem e um quinto dos rapazes dado que outros tantos colaboravam com a família.

«Dos 537 jovens que responderam ao inquérito, 68 (12,7%) estão a trabalhar fora de casa (63 rapazes e 5 raparigas) e 137 (25,5%) ajudaram os familiares nas tarefas domésticas (129 raparigas e 8 rapazes). A maioria dos rapazes (50,8%) trabalham na Construção, seguindo-se o sector da Produção animal (19,0%).

Quanto às ambições dos menores existem algumas diferenças entre os sexos. Assim e para os rapazes e por ordem decrescente temos: ter carro, ter dinheiro, ter uma casa, ter saúde, ter um emprego, ter uma moto, ter amigos e em oitavo lugar casar. As raparigas em primeiro lugar ambicionam ter uma casa e em segundo lugar casar, a seguir querem ter um emprego, ter filhos, ter dinheiro, ter saúde, ter amigos, darem-se bem com a família e em nono lugar ter um carro.»

Apercebamo-nos agora das aspirações destes jovens quanto à realização profissional.

«No que se refere à profissão que gostariam de ter, a preferência dos rapazes vai para a área da construção civil, da Pecuária e da Pesca (25,4%, 10,9% e 8,7% de respostas). As raparigas, em maior percentagem, escolheram a profissão de Empregada de limpeza, a profissão de Docente do ensino básico e secundário, de Educador de Infância e de



GRUPO PARLAMENTAR

Vendedor/demonstrador (14%, 7,9%, 5,6% e 5,2% de respostas). De referir que 21,7% dos rapazes e 28,5% das raparigas não sabem ou não respondem acerca da profissão que querem ter.

Do total de jovens inquiridos, 212 (39,5%) gostavam de tirar um curso de formação profissional. Analisando por sexos, os jovens do sexo masculino optam em maior número por cursos nas áreas da construção civil e da mecânica e os jovens do sexo feminino por cursos nas áreas da Informática e da Restauração.»

Senhor Presidente
Senhores Deputados
Senhores Membros do Governo

Tiremos algumas conclusões finais:

- Muitos dos jovens que abandonaram a Escola pretendem regressar ao ensino;
- Muitos dos jovens pretendem ingressar como profissionais nas áreas da construção civil, pecuária, pescas e serviços de limpeza e restauração;
- Muitos dos jovens gostariam de tirar um curso de formação profissional;
- Muitos dos jovens vivem em casas em estado de conservação razoável, degradado ou muito degradado;
- Muitos dos jovens são filhos de pais que não foram à escola;
- Muitos dos jovens pertencem a famílias de fracos recursos económicos;
- Para muitos destes jovens é necessário atribuir apoios para melhoria das suas habitações;
- Para muitos destes jovens é necessário criar condições de formação profissionalizante ou profissional;
- Para muitos destes jovens é necessário criar cursos que lhes permitam concluir a escolaridade obrigatória;
- Para muitos destes jovens é necessário dar-lhes novas perspectivas de vida para que possam libertar-se desta cadeia de insucessos.

Disse. Muito obrigado

Horta, Sala das sessões, 19 de Fevereiro de 2002

O Deputado do GPPS - Francisco Sousa